

*OS MODOS DE PRODUÇÃO NA OBRA DE
NELSON WERNECK SODRÉ*

Maria de Anunciação Madureira*

Resumo

Com a aprovação da Declaração de Março de 1958, a problemática dos modos de produção adquiriu crescente importância teórica e tática para o PCB, e implicou em alterações significativas nos escritos de Nelson Werneck Sodr , historiador brasileiro cuja obra mais se identificou com aquela orienta o pecebista.

Palavras-chave: modos de produ o, PCB, marxismo, revolu o brasileira, capitalismo.

The modes of production in the Nelson Werneck Sodr 's writings

Abstract

The debate of modes of production acquired theoretician's importance and policy's preeminence with the Declara o de Mar o de 1958. This document marks a big alteration in the PCB's politics and an expressive modification in the Nelson Werneck Sodr 's writings, one of best know Brazilian Marxist historian.

Key-words: modes of production, PCB, marxism, brazilian revolution, capitalism.

A problematiza o dos modos de produ o reporta-se diretamente   orienta o te rico-pol tica adotada pelo PCB a partir da *Declara o* de mar o de

1958, e especificamente à parcela mais conhecida da obra de Nelson Werneck Sodré que, em 1962, com a publicação da *Formação histórica do Brasil*, apresentou uma pioneira interpretação da formação social brasileira coerente com aquelas diretrizes partidárias. No âmago desse tema se entrelaçam duas questões:

a) a que envolve a discrepância entre o pensamento de Marx e o chamado marxismo; e

b) a do atraso do capitalismo no Brasil, que motivou o pensamento social brasileiro, tanto no campo da direita quanto no da esquerda, a priorizar análises e a elaborar propostas voltadas para a resolução da incompletude do capital em nosso País.

1. Parâmetros críticos para a discussão da problemática dos modos de produção na realidade brasileira

O caráter democrático e burguês da revolução brasileira esteve inscrito na orientação teórico-política do PCB desde que o problema da revolução se apresentou para o Partido:

A primeira vez que se formulou nitidamente o problema central da revolução no nosso país, o problema do seu caráter e das suas forças motrizes, ela apareceu como “agrária e antiimperialista”, revestindo um conteúdo democrático-burguês. Em torno da palavra de ordem “pela revolução agrária e antiimperialista” girou toda a propaganda do Partido e toda a sua atividade se apoiou precisamente sobre a aceção que dela se depreendia sobre as classes em luta (Vianna, 1995, p. 140).

Foi Caio Prado Jr. quem chamou a atenção para o fato de que a ação revolucionária pecebista, em vez de ser “a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico do qual resulta” (Prado Jr., 1987, p. 19), orientava-se por concepções teóricas insuficientes, de origem remota, cujo ponto de partida não era a análise das condições econômicas, sociais e políticas vigentes no País,

mas um esquema teórico abstrato, admitido sem indagação prévia, aplicado à realidade brasileira:

inadequada teoria original da revolução brasileira, /.../ velha /.../ de quase meio século, se perpetuou no fundamental e essencial, com mínimos retoques e acréscimos secundários que não lhe alteram a substância. Continuou-se, e ainda se continua a falar, respeitando o esquema original traçado na base da experiência européia, e sem mais indagação erigido em lei geral da moderna fase evolutiva de todas e quaisquer sociedades humanas, continuou-se a falar no Brasil naquela revolução democrático-burguesa destinada a eliminar os “restos feudais” supostamente presentes em nosso país (Prado Jr., 1987, p. 39).

Foi também Caio Prado Jr. quem apontou a origem do caráter “democrático-burguês” da teoria da revolução brasileira. Esta orientação teórico-política adotada pelo PCB foi elaborada, em suas linhas gerais, no final da década de 1920. Baseava-se no perfil econômico-social atribuído aos países asiáticos e latino-americanos e na natureza de sua revolução, incluído no *Programa da Internacional Comunista* adotado pelo VI Congresso Mundial, reunido em Moscou em 1928.

O perfil econômico-social atribuído aos países asiáticos e latino-americanos fundava-se na suposição de que os países coloniais, semicoloniais ou dependentes – dentre os quais se incluía o Brasil – se encontrariam em transição do feudalismo para o capitalismo. Em conseqüência, sua “etapa revolucionária” seria de cunho democrático-burguês. As principais referências políticas dessa “etapa revolucionária” eram a orientação leninista na condução da Revolução Russa e a própria Revolução Russa, transformada em modelo revolucionário:

A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa”, segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (Prado Jr., 1987, p. 36).

Como o Brasil foi considerado um país semicolonial, com características feudais, a teoria da revolução brasileira adotada pelo PCB se revestiu, conseqüentemente, de caráter democrático-burguês. A única originalidade desse esquema teórico, ainda conforme Caio Prado Jr., foi a introdução do antiimperialismo. Assim, essa revolução seria “agrária” porque deveria superar a etapa “feudal”, e “antiimperialista”, porque se oporia à dominação das potências capitalistas:

“Revolução agrária e antiimperialista”: eis o quadro em que se incluiria a conjuntura revolucionária daqueles países. “Antiimperialista” porque oposta à dominação das grandes potências “capitalistas”; “agrária” porque se tratava de neles superar a etapa “feudal” em que, em maior ou menor grau, eles ainda se encontravam (Prado Jr., 1987, p. 37).

O procedimento do qual derivou esse esquema teórico, e o conseqüente caráter democrático-burguês da teoria da revolução brasileira, funda-se na *universalização* do processo de transição para o capitalismo que se desenvolveu em algumas formações sociais européias – notadamente na Inglaterra e na França – para as demais formações sociais, transformando-o em *trajetória obrigatória*, em *modelo universal*.

Ao criticar a existência de um modelo universal de revolução e revelar a necessidade de resgatar as especificidades do desenvolvimento histórico de nossa formação social, único meio de elaborar uma teoria da revolução brasileira, Caio Prado Jr. expôs um problema teórico que envolveria os esforços de vários estudiosos: a aparente contradição entre a tendência universal do capital e as formas singulares com que essa relação social se desenvolve nas várias formações sociais. Assim, o historiador paulista apontava “a natureza essencialmente única do capitalismo, que é um só e o mesmo em toda a parte – seja qual for o grau de desenvolvimento, extensão e maturação das relações capitalistas de produção”, ao mesmo tempo em que reconhecia que essa relação social assume características peculiares nas diversas formações sociais: “seja

qual for a feição particular em que o capitalismo se apresente em cada país da atualidade” (Prado Jr., 1987, p. 16).

Nesse sentido, avanço considerável foi a conquista teórica obtida por J. Chasin (1999) que, dialogando com a problemática do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, identificou a *particularidade* do processo de objetivação do “capitalismo verdadeiro” em nosso País, por ele denominada de caminho ou “via colonial”. Seu procedimento teórico incorporou o esclarecimento de que na própria Europa a transição para o capitalismo conheceu outra trajetória histórica, denominada por Lênin de “via prussiana” – de que o caso alemão é referência, em comparação com o inglês e o francês –, trajetória ou via histórica de transição para o capitalismo referida e conceitualmente caracterizada pelos clássicos do marxismo desde Marx, que distinguia enfaticamente a por ele denominada “*miséria alemã*” do caminho histórico assinalado pela ocorrência de revoluções de “*tipo europeu*” (Marx, 1987).

Comparando as expressões concretas das características abstratas comuns aos casos brasileiro e alemão, Chasin pôde constatar que o caminho *não-clássico* de objetivação do capitalismo acolhe não uma forma particular, mas duas trajetórias distintas de constituição do “verdadeiro capitalismo”: “*a forma particular do caminho prussiano e um outro particular, próprio aos países, ou pelo menos a alguns países (questão a ser concretamente verificada), de extração colonial*” (Chasin, 2000, p. 45).

Esse percurso, que desconheceu a ocorrência de processos revolucionários, foi impulsionado no Brasil apenas no pós-Segunda Guerra Mundial devido à forma específica que a expansão imperialista adquiriu nesse período. Sem jamais romper com a condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional, o capital industrial permaneceu incompleto em nosso País. Resultou dessa subordinação estrutural ao imperialismo o seu caráter *atrófico*, e a incompletude das próprias classes sociais que aqui se constituíram.

A estreiteza econômica da burguesia brasileira, manifesta em um processo de industrialização subordinado ao imperialismo, fundado no arrocho salarial e

conciliado com a estrutura agrária de origem colonial, determinou a sua estreiteza política. Subordinada ao imperialismo e antidemocrática, a burguesia brasileira jamais elaborou e encaminhou um projeto de cunho nacional, nos limites do capitalismo, do qual as classes subordinadas pudessem participar. A dominação proprietária revelou-se incapaz de oferecer perspectivas materiais e espirituais para o conjunto da nação, incapacidade congênita materializada na exclusão social, na não integração à vida nacional de parcelas expressivas da população brasileira, na inexistência em nosso País de uma sociabilidade regida por princípios sociais, políticos e econômicos democráticos, ainda que nos limites da regência do capital. Por isso, na particularidade da *via colonial*, as formas genuinamente burguesas de dominação política se alternaram entre o bonapartismo e a autocracia burguesa institucionalizada, que excluem a figura da democracia liberal.

Por não distinguir, por não *particularizar* as diferentes formas de objetivação do capitalismo, o esquema teórico apresentado no VI Congresso da III Internacional Comunista e adotado pelo PCB considerava que as formações sociais obrigatoriamente passando por etapas ou estágios históricos sucessivos – pelo feudalismo e pelo capitalismo –, até atingir o socialismo:

a humanidade em geral e cada país em particular – o Brasil naturalmente aí incluído – haveriam necessariamente que passar através de estados ou estágios sucessivos de que as etapas a considerar, e anteriores ao socialismo, seriam o feudalismo e o capitalismo. Noutras palavras, a evolução histórica se realizaria invariavelmente através daquelas etapas, até dar afinal no socialismo (Prado Jr., 1987, p. 32).

Em conseqüência, e embora ao longo dos anos a linha política do PCB houvesse sido bastante alterada, a compreensão da estrutura social brasileira permaneceu basicamente a mesma, de maneira que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil – processo que simultaneamente levaria à destruição do feudalismo ou dos restos feudais existentes no País – era considerado condição prévia para o avanço do socialismo. Por isso, *o objetivo do Partido sempre foi o*

de contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, com a colaboração do proletariado, e não superar o capital e o capitalismo em nosso País.

2. A problemática dos modos de produção na obra de Nelson Werneck Sodré

A *Declaração* de março de 1958 representou uma profunda mudança tanto na linha política do PCB quanto na compreensão de Nelson Werneck Sodré acerca do desenvolvimento histórico brasileiro.

No caso específico da obra werneckiana, as primeiras indicações de sua nova maneira de interpretar a formação social brasileira já aparecem em *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, aula inaugural proferida no Iseb em março de 1959 e publicada em livro no mesmo ano.

Sistematizada em *Formação histórica do Brasil*, essa nova interpretação da formação social brasileira – a terceira elaborada por nosso autor, no conjunto de sua obra – se distingue das duas anteriores, inscritas no campo do pensamento conservador brasileiro, devido não a alterações significativas em sua maneira de compreender a História, que pouco se modificou, mas por admitir a existência de uma fração de classe burguesa – a chamada “burguesia nacional” – capaz de participar do encaminhamento e conclusão do processo de desenvolvimento do capitalismo em nosso País.

É preciso lembrar que o pensamento conservador brasileiro tematizou, sob o seu viés ideológico – o que não é sinônimo de haver resolvido –, a problemática da *identidade nacional* ou da *falta de identidade enquanto nação* da formação social brasileira, materializada na exclusão social da ampla maioria da população do País.

Com o diagnóstico da realidade nacional elaborado a partir de três núdulos centrais recorrentes – o antiliberalismo, a ausência de um povo constituído e, portanto, a inexistência de uma nação brasileira, e a incapacidade das elites brasileiras de conduzir os rumos da nação –, as diversas vertentes do pensamento conservador elaborado nas primeiras décadas do século XX também apontavam um encaminhamento político confluyente, a *renovação conservadora*: somente um Estado forte poderia dirigir os rumos do País, estabelecer um regime político coerente com seu traçado histórico e ultimar o processo de formação da nacionalidade brasileira.

Quanto ao perfil, à identidade da nação que se constituiria “pelo alto” através da ação de um Estado fortalecido e excluindo a participação popular, as divergências eram profundas e acirrada a luta ideológica que se estabeleceu entre as diversas vertentes do pensamento conservador brasileiro. Era essa a questão decisiva que alimentava a luta político-ideológica travada ao longo da década de 1930.

As diretrizes interpretativas e programáticas para os problemas nacionais abarcavam um gradiente que comportava desde propostas que sustentavam a necessidade de realizar uma modernização capitalista no Brasil, por meio da industrialização, até aquelas que afirmavam a vocação agrícola do País, o qual deveria permanecer, coerentemente, agrário.

Entre os industrialistas, destacou-se o pensamento de Azevedo Amaral. Por sua vez, a proposição ruralista mais acabada foi exposta no ideário integralista elaborado por Plínio Salgado. Há que indicar, porém, que “as próprias determinações estruturais de nossa formação histórica /.../ fizeram conhecer variadas formas de combinação *conciliada* entre essas duas vertentes” (Rago Filho, 1998, p. 270).

A grande mudança operada na terceira interpretação da formação social brasileira elaborada por Nelson Werneck Sodré não é de natureza teórico-filosófica, mas *política*: o avanço industrial dos anos 1940/50 teria propiciado o surgimento de uma fração progressista da elite brasileira – a “burguesia nacional”,

de maneira que a tarefa de encaminhar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não caberia mais a um Estado fortalecido e coeso que excluía a participação popular, como nosso autor sustentara nos anos 1930/40, mas poderia – e deveria – ser efetivada sob um regime político democrático, contando com a participação do proletariado, dos camponeses, das camadas médias urbanas e da fração burguesa ligada aos interesses nacionais.

Asseveramos que essa terceira interpretação da formação social brasileira elaborada por Sodré conheceu poucas alterações significativas de cunho teórico-filosófico. Ele próprio reconheceu não haver grandes rupturas em sua maneira de compreender a História ao longo de sua extensa e prolífica atividade intelectual. Foi o reconhecimento da manutenção, em suas linhas básicas, de sua compreensão da História, que levou nosso autor a afirmar, repetidas vezes em sua memorialística, que a sua obra esteve inscrita no campo do pensamento marxista desde a década de 1930, quando, por paradoxal que possa parecer, suas análises estavam enraizadas no campo do pensamento conservador brasileiro.

De acordo com Sodré, sua aproximação do pensamento marxista teria ocorrido ainda no Colégio Militar, no final da década de 1920, por influência de seu professor de História, Isnard Dantas Barreto. Embora não houvesse emprestado livros de Marx nem discutido suas obras, foi “ele [quem] me iluminou o caminho para o marxismo e para o materialismo histórico, particularmente” (Madureira, 1999, p. 270).

Essa afirmação revela a confluência entre a compreensão de História elaborada por Sodré nos anos 1930 e aquele conjunto de princípios filosóficos que, embora guarde grande distância em relação ao pensamento de Marx, foi apresentado e difundido sob a chancela do “marxismo”. Seu eixo teórico está assentado na *questão do método*.

2.1 - O método histórico na obra de Nelson Werneck Sodré

A compreensão de História que lastreia a obra de Sodré, apresentada nos livros e artigos de sua autoria publicados nos anos 1930/40, constituiu-se a partir do diálogo estabelecido entre nosso autor e, fundamentalmente, a filosofia comtiana. Essa compreensão de História é um dos elementos que singularizam o pensamento werneckiano no ambiente intelectual brasileiro ao longo do século XX.

Para Sodré, a História não seria estática, fixa ou permanente, mas dotada de movimento. Por isso, as pesquisas históricas deveriam resgatar e evidenciar a dinâmica da História, substituindo a História narrativa pela interpretativa:

O processo histórico passou a ser considerado em sua única e basilar afirmação de continuidade e desenvolvimento e não mais como uma sucessão de episódios esparsos, em que as explicações careciam de mérito e de fundamento. O método narrativo passou a ser substituído pelo método explicativo. A história deixou de ser uma fonte de literatura morna para se tornar uma interpretação densa da distensão coletiva através do tempo e do espaço (Sodré, 1940, pp. 219-20).

As pesquisas históricas não poderiam prescindir dos estudos filosóficos: são eles que “tomam o caráter de explicação dos movimentos da sociedade, nos seus impulsos e aspirações, nas suas mudanças e inquietudes” (Sodré, 1940, p. 225).

Sensível ao movimento histórico, o intérprete deveria “abandonar o talento descritivo e buscar uma explicação da vida do homem e da sua subordinação ao meio ambiente” (Sodré, 1940, p. 225).

Inspirado pela filosofia da história elaborada por Comte, para quem “a lei fundamental da evolução /.../ serve de base à nova filosofia geral” (Comte, 1978, p. 88), nosso autor considerava o movimento histórico, a dinâmica social, obedecendo a princípios *evolucionais*. Em seus escritos, tão freqüentes quanto as afirmações a respeito da “marcha evolutiva dos acontecimentos históricos” (Sodré, 1938, p. 235) são as declarações de apoio aos esforços daqueles que

buscaram interpretar “o estado de perene evolução de todas as manifestações da atividade humana” (Sodré, 1938, p. 213).

A compreensão de Nelson Werneck Sodré acerca do movimento evolutivo foi formada a partir de um amálgama da proposição comtiana com a de Darwin, filtrada pelo pensamento de Azevedo Amaral.

É preciso lembrar, sempre que se faz referência à incorporação das teses evolucionais pelas pesquisas sociais, “que, historicamente, o evolucionismo sociológico é anterior ao outro [ao evolucionismo biológico]” (Lévi-Strauss, 1991, p. 15, colchetes nossos). Comte pressupunha que tanto a existência individual quanto a social estariam sujeitas ao processo evolutivo. Seu sistema filosófico pretendia “apreciar o núcleo essencial da teoria positiva, /.../ consistindo em descobrir a verdadeira teoria da evolução humana, ao mesmo tempo individual e coletiva” (Comte, 1978, p. 112).

O processo evolutivo obedeceria a leis imutáveis, de acordo com as quais os fenômenos mais simples sofreriam modificações que dariam origem a outros mais complexos. A evolução histórica seria “regulada pela generalidade decrescente dos fenômenos correspondentes, ou, o que implica no mesmo, por sua complicação crescente” (Comte, 1978, p. 113).

A complexificação dos fenômenos seria assinalada por *fases*, cada uma resultando da anterior e preparando a próxima: nas “fases determinadas duma mesma evolução fundamental, /.../ cada uma resulta da precedente e prepara a seguinte, seguindo leis invariáveis que fixam sua participação na progressão comum” (Comte, 1978, p. 71).

Já a obra de Azevedo Amaral está ancorada numa perspectiva evolucionista não clássica: embora aceitasse o progresso como fenômeno *natural*, o jornalista carioca reconhecia a importância desempenhada pelas *crises de mutação* – pelas revoluções – no século XX,

alterando bruscamente o lento desenvolvimento evolutivo e possibilitando a emergência de personalidades políticas que conduziram a sociedade na trilha de novos rumos. As revoluções encerram, portanto, a possibilidade de alteração do curso natural da sociedade, do rompimento de uma ordem de fatores que retardam ou impedem o progresso social. A personalidade política emergente

seria legitimada ao cumprir a função de garantir a ordem, a autoridade e construir a nacionalidade, ao fundar o Estado (*apud* Rago, 1993, p. 49).

A interpretação de nosso autor acerca do “transformismo de Darwin” (Sodré, 1938, p. 178), expressão cunhada por Haeckel (Faria, 1959, pp. 63-75), resultou na idéia de que tanto a existência do mundo natural quanto a do social integrariam um único e permanente processo evolutivo, assinalado por períodos de mutações. Essas transformações regeriam “o dinamismo das sociedades e de todos os organismos vivos” (Sodré, 1938, p. 213).

Todos os seres, fossem eles naturais ou sociais, sofreriam mutações, passariam por *crises revolucionárias* que alterariam o sentido histórico de seu desenvolvimento posterior:

os momentos críticos da humanidade se caracterizam pela mudança de orientações e pelo esclarecimento de novos caminhos, pela ruína de instituições e pela renovação da estrutura social, com nítidos rumos e com tendências pronunciadas /.../, mudanças precisas e nítidas, pela ruína dum mundo de concepções, quer na ordem social, quer na ordem política, quer na ordem econômica, quer na ordem estética, por uma substituição de valores e pela abertura de novos horizontes na vida da humanidade e no evoluir dos acontecimentos históricos (Sodré, 1938, p. 170)^[1].

Os períodos revolucionários, das mutações, tornariam um fenômeno mais complexo e indicariam a passagem de uma *fase* ou *etapa* do desenvolvimento social para outra, historicamente superior: “Como índice dos mais sensíveis e sinal positivo de todas as manifestações dos agrupamentos humanos, as *mutações* exteriores marcam as etapas *positivas* do desenvolvimento de uma sociedade” (Sodré, 1938, p. 5).

Distinguindo-se de Comte, para quem as modificações sociais resultariam em progressão contínua, em complexificação crescente dos fenômenos, Sodré admitia que o processo evolutivo poderia conhecer fases *involutivas*. Em sua perspectiva, as revoluções sociais gerariam etapas *positivas* quando produzissem avanço histórico, e *negativas* quando, atuando de forma contra-revolucionária, originassem a *regressão* histórica. Assim, e referindo-se à evolução do sistema de trocas em direção à atividade mercantil desde a Antigüidade, nosso autor

afirmou que o advento do feudalismo teve conotação regressiva: “a economia retrocedeu a formas primitivas. Retrocesso que a expansão islâmica aumentaria, pela redução ainda mais acentuada da área geográfica de aplicação das trocas” (Sodré, 1944, p. 9).

Quanto à evolução em seu sentido positivo, Sodré incorporou o determinismo histórico do pensamento comtiano e considerou a progressão histórica possível deslocadora da humanidade no rumo da sociedade industrial:

O caráter pacífico – industrial para o qual tende a civilização moderna advém, naturalmente, da maior capacidade que ela possui para o aproveitamento das forças naturais, capacidade que o surto científico lhe proporcionou (Sodré, 1938, p. 176).

Ao comportar a ocorrência de crises revolucionárias e contra-revolucionárias que determinariam o caráter progressivo ou regressivo de seu desenvolvimento, a evolução histórica seria assinalada pela *heterocronia*. Nosso autor atribuiu a Oliveira Vianna o mérito de evidenciar as heterocronias que teriam caracterizado a formação social brasileira:

O sr. Oliveira Vianna, num de seus livros mais lúcidos [*Populações meridionais do Brasil*], aponta um dos erros mais comuns em que incidem os estudiosos das coisas brasileiras: o de tomar como um todo a nossa terra e a nossa gente, deixando de estabelecer os traços de diferenciação, as peculiaridades regionais, para a explicação dos fatos históricos, dos movimentos políticos e das mutações sociais (Sodré, 1938, p. 118).

O conceito de *heterocronia*, porém, foi extraído do pensamento comtiano. Ao investigar a dinâmica da história, Comte buscava desvendar “o curso espontâneo da evolução humana” (Comte, 1978, p. 71). Sua filosofia da história está sintetizada na lei dos três estados. O espírito humano se desenvolveria através de três estágios ou fases distintas, a teológica – que corresponderia à infância da humanidade –, a metafísica, de transição – identificada com a juventude –, e a positivista ou da maturidade:

cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três

métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto /.../. Daí três sortes de filosofias, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição (Comte, 1978, p. 4).

A existência de três etapas na evolução humana não resultaria da substituição de uma pela outra. O processo evolutivo da humanidade não seria homogêneo, mas assinalado pela *coexistência de fases distintas*, pelo fenômeno da *heterocronia*, em que o surgimento de um estágio mais avançado de desenvolvimento do espírito humano não necessariamente eliminaria o precedente. No início do estágio positivista da evolução histórica, “o único definitivo” (Comte, 1978, p. 113), encontrar-se-iam elementos das etapas evolutivas prévias. Para Comte, a heterocronia, essa coexistência na fase positivista inicial de estágios anteriores do desenvolvimento do espírito humano, seria a causa das crises morais, intelectuais e sociais:

a desordem atual das inteligências vincula-se, em última análise, ao emprego simultâneo de três filosofias radicalmente incompatíveis: a filosofia teológica, a filosofia metafísica e a filosofia positiva. É claro que se uma qualquer dessas três filosofias obtivesse, na realidade, preponderância universal e completa, haveria uma ordem social determinada, pois o mal consiste sobretudo na ausência de toda verdadeira organização. É a coexistência dessas três filosofias opostas que impede absolutamente de estender-se sobre algum ponto essencial (Comte, 1978, p. 18).

De acordo com Sodré, a falta de homogeneidade, a heterocronia que assinalaria o processo evolutivo estaria evidenciada nas mudanças das fases históricas:

A passagem da economia feudal à economia burguesa /.../ não se faz uniformemente, apenas pela união entre a classe que surge e o rei, contra os senhores feudais, com conseqüentes vantagens para o povo. Ela se reveste, em várias regiões, de aspectos diversos e, muita vez, assistimos, como na Alemanha, o retrocesso do trabalho livre à condição de servo (Sodré, 1944, p. 19).

A heterocronia da evolução histórica afetaria de maneiras diversas todas as formações sociais, originando um conjunto de características peculiares que faria com que cada fase ou estágio desse processo fosse vivido de maneira única, *singular*, em cada país:

Efetivamente, o feudalismo teve, em cada país, características próprias e, como exemplo, poderíamos apontar o seu caráter hierárquico em certas nações, em contraste com o aspecto dispersivo em outras. Mas, no fundo, o que traçou os lineamentos das instituições feudais foi a posse precária e o usufruto do solo por parte dos que o lavravam, não importando o caráter de interdependência dos senhores, entre si, ou para com o rei, a não ser para quem se disponha a fazer uma história detalhada do tempo (Sodré, 1938, p. 10).

O conjunto de características singulares de uma dada formação social em processo de mudança para uma nova fase ou estágio da evolução histórica *particularizaria*, distinguiria o traçado histórico daquela comunidade em comparação com a tendência evolutiva mais geral, universal:

Em nenhuma outra nação da Europa o povo se mostrou tão refratário às influências essenciais do mundo feudal como na comunidade lusitana. Isto leva muitos historiadores, dos mais objetivos no estudo da Idade Média, a afirmar que, rigorosamente, em Portugal não houve feudalismo. Essa resistência às influências dos padrões característicos da sociedade contemporânea marca, fundamente, o isolamento de Portugal (Sodré, 1938, p. 17).

Ao particularizarem o traçado histórico de uma formação social, os traços singulares gerados pela heterocronia do processo evolutivo permitiriam que a ocorrência de certos fenômenos, característicos de determinada fase do desenvolvimento histórico, viesse a ser abreviada, prolongada ou até mesmo desconhecida naquela sociedade:

Na ponta da Europa, um pequeno povo, através de anos e anos de luta extremada contra uma civilização oposta, uma crença adversa, uma absorção que o ameaça, vai constituir, mais cedo do que as demais nações do mundo cristão, uma consciência nacional e ultimar a obra unificadora do poder real, surgindo em plena Idade Média como nação organizada. Esse particularismo, esse refugir dos padrões comuns da cultura em formação do resto da Europa, essa autonomia na marcha e na integração, Portugal leva-os mais longe quando,

depois de uma crise profunda e dispersiva, aparece a casa de Aviz (Sodré, 1938, p. 17).

De acordo com a compreensão de História de Sodré, a evolução social seria determinada não pelas modificações do espírito humano, como afirmava Comte, mas pelas revoluções ocorridas no processo de produção, as quais regeriam todos os demais fatores sociais, os espirituais, inclusive:

As coisas do espírito se me afiguram divorciadas das coisas materiais, e professando por elas um culto verdadeiro, consegui permanecer até hoje, e acredito que permanecerei sempre, fundamentalmente materialista. Materialista, evidentemente, porque coloco as funções espirituais dependendo das coisas materiais bem claras. Acredito que a vida esteja demonstrando, diante dos nossos olhos, a cada passo, que as condições materiais de existência individual e coletiva influem poderosamente sobre as concepções espirituais dominantes ou subterrâneas (*apud* Gaio, 2000, pp. 11-12).

Influenciado pela obra de Azevedo Amaral – autor que se distingue dos pensadores de sua época pela “referência e importância atribuída ao econômico. /.../ Essa tônica é /.../ responsável pela originalidade da ideologia azevediana frente ao quadro do pensamento conservador” (Rago, 1993, pp. 49-67), Sodré entendia que a produção material determina os rumos políticos, as mudanças sociais e os mitos espirituais de uma coletividade:

É o desenvolvimento material que rege a formação e a evolução dos postulados políticos e das transformações sociais. Uma coletividade tem a organização política e mesmo os mitos espirituais que lhe permitem a organização econômica em que se assenta (*apud* Gaio, 2000, p. 12).

Contra-pondo-se ao pensamento comtiano que sustenta que a existência social seria regida por bases morais, pela evolução do espírito humano, Sodré afirmava que a moral, assim como a totalidade do edifício social, deriva e é determinada pelo processo de produção:

Querer explicar certos fenômenos históricos, certos movimentos humanos, assentando essa explicação em bases simplesmente morais é inverter a ordem das coisas porque os mitos morais derivam do processo de produção e esses processos variam muito, sendo causa de todo o edifício social (*apud* Gaio, 2000, p. 12).

O desenvolvimento das idéias acompanharia a marcha da evolução social, resultando das transformações sofridas pela produção material, das revoluções processadas no campo econômico:

Mudando, assim, as causas, mudando as condições de existência, mudando os processos de relação da sociedade, era impossível que os valores éticos e estéticos permanecessem à margem dessa transformação. Isso só seria possível num organismo estratificado e morto, e as sociedades se caracterizam pelo seu dinamismo permanente (Sodré, 1940, p. 153).

As bases morais de uma sociedade identificariam a *fisionomia* dessa sociedade, mas não se constituiriam no fator que determina e orienta o sentido das transformações sociais:

os pontos de vista da moral e dos sentimentos /.../, conquanto marquem muito bem a fisionomia das sociedades, carecem de importância na explicação do desenvolvimento das sociedades, pois são apenas emanações dos estados diversos por que passa a produção (Sodré, 1938, p. 168).

Para Sodré, a organização econômica de uma sociedade resulta da “transigência com o meio /.../ [d]a luta entre o homem e a terra” (Sodré, 1990, p. 118, colchetes nossos). Ao estabelecer essa relação com a natureza, o homem se adapta ao meio natural e obtém os recursos necessários para assegurar a sua sobrevivência: “Do contato com a natureza, e da progressiva adaptação, o homem tem que tirar os recursos para a continuação de sua existência” (Sodré, 1990, p. 125).

Conforme a etapa evolutiva do desenvolvimento histórico, o homem, em sua relação com o meio natural, estaria subordinado à ação da natureza: “As peculiaridades locais não devem deixar de influir na criação dos homens que se formam à sua sombra” (Sodré, 1940, p. 230). Segundo nosso autor, a explicação desse processo caberia à literatura, seria tarefa dos escritores, que precisariam “abandonar o talento descritivo e buscar uma explicação da vida do homem e da sua subordinação ao meio em que desenvolve a sua atividade” (Sodré, 1940, p. 208).

Nas fases históricas em que o homem estaria subordinado ao meio natural, o domínio da natureza regeria as próprias relações de produção. Assim, o

regime de servidão pastoril observado por nosso autor em Mato Grosso, no final dos anos 1930, seria uma relação de produção cuja organização escapava ao controle do homem porque a própria produção pastoril sofria forte determinação do meio natural em que se processava: “Não é uma criação dos homens. É uma imposição dos processos de produção” (Sodré, 1990, p. 131).

O fator econômico seria, ele próprio, passível da evolução, de ser revolucionado, segundo Sodré, que freqüentemente se refere à “marcha evolutiva da produção” (Sodré, 1990, p. 202). As mutações econômicas resultariam do determinismo histórico que rege o processo evolutivo. Por isso, suas causas seriam *naturais*: “a natural mudança dos meios da produção e o advento da era industrialista” (Sodré, 1938, p. 176).

Em seu sentido positivo, progressivo, as mutações econômicas se desenvolveriam em direção à produção industrial que, ancorada no avanço científico, neutralizaria a ação exercida pela natureza sobre o homem:

o extraordinário desenvolvimento industrial de nosso tempo, antes de amesquinhar, mais em evidência colocou o papel do homem na vida moderna, e se esse esforço formidável se indica na sua capacidade em se amoldar a natureza às suas condições prediletas, subordinando-as ao seu trabalho, exercendo uma ação poderosa sobre o meio físico, ação que neutraliza e equilibra aquela que este exerce, sem dúvida, sobre o homem (Sodré, 1990, p. 181).

As revoluções realizadas no campo econômico, as transformações sofridas pela produção material, impulsionariam a evolução histórica e determinariam a ocorrência das demais mudanças sociais:

Considero /.../ que, entre os fatores que presidem a evolução das sociedades, o econômico tem uma importância superior. Acredito que isso seja ciência adquirida. Os demais fatores culturais, entretanto, encontram o seu lugar, no balanço das forças (Sodré, 1944, p. 5).

O determinismo econômico, a regência da evolução da produção material sobre os demais fatores sociais, implicaria a correspondência entre cada transformação operada na organização produtiva e o surgimento de determinadas modificações equivalentes na organização política e social:

a mutação dos padrões econômicos produz, necessariamente, uma mutação nos valores políticos. Isso é axiomático. As sociedades industrializadas não têm as mesmas instituições que as sociedades agrárias. Nem os agrupamentos humanos, acostumados a um certo padrão de vida, que lhes é proporcionado pela organização econômica, podem ter a mesma moral e costumes idênticos aos dos outros agrupamentos humanos que vivem ainda da caça e da pesca, na mais primária situação corrente. É fato corrente e comum, portanto, as mutações econômicas alterarem o edifício político (Sodré, 1998, p. 247).

Uma vez que cada forma de organização política e social seria regida e corresponderia a uma organização produtiva determinada, a política, assim como os demais fatores sociais, não exerceria uma influência significativa sobre os rumos da produção material, sobre a situação econômica:

As alterações políticas influírem fundamente na situação econômica, porém, nunca se conseguiu porque representa uma inversão. As instituições políticas como os mitos de ordem social são funções dos meios e processos de produção, dos padrões econômicos, em suma. Função pressupõe precedência, o contrário é que se não pode dar, não pode acontecer. E constitui ilusão tremenda julgar, desse ponto de vista, as coisas (Sodré, 1998, p. 247).

Embora não chegassem a influenciar “fundamente” a ordem econômica, a política e os demais fatores sociais poderiam criar obstáculos para o seu desenvolvimento, dificultar a evolução dos padrões de produção material da sociedade: “De um modo geral, a parte externa das instituições não tem importância alguma. O que importa fundamentalmente é a essência delas. Se entram ou não o surto econômico” (Sodré, 1998, p. 96).

Ainda que pudesse “entravar o surto econômico”, a ação política não se constituiria num instrumento capaz de afetar positivamente a economia:

Na imaginação brasileira, /.../ as coisas estão montadas às avessas. Há a ilusão de que reformas de ordem puramente política, e até funcional, tenham o alcance de produzir bem-estar econômico e sanar deficiências ou desequilíbrios da produção (Sodré, 1998, p. 246).

O determinismo econômico inscrito na compreensão da história de Sodré implica o reconhecimento apenas dos fatores econômicos como os definidores dos rumos sociais: “os processos de produção, estes sim, positivamente

influenciadores de todos os rumos sociais, de todas as características de um povo” (Sodré, 1943, pp. 9-10).

A regência do fator econômico não seria, porém, a única determinante do processo de constituição da *fisionomia social*:

A fisionomia das sociedades não é dada unicamente pelas características da produção, como querem os comentadores unilaterais do processo econômico, mas essa fisionomia depende de padrões econômicos vigentes no agrupamento social (*apud* André Gaio, 2000, p. 12).

Por isso, o intérprete da história deveria atentar para a regência econômica sobre os demais fatores sociais – “a mutação social /.../ acompanha e varia segundo os processos de produção” (Sodré, 1938, p. 168) – e, ao mesmo tempo, permanecer sensível às especificidades das diversas manifestações sociais, originadas de uma mesma processualidade histórica. Assim procedendo, tornar-se-ia capaz de retratar os múltiplos aspectos que compõem a fisionomia da sociedade e de situar, no processo evolutivo do conjunto social, algumas de suas características, em especial as culturais:

Divorciar, pois, o desenvolvimento mental das características sociais que o conduziram é como apresentar aspectos parcelados e estáticos daquilo que contém, na sua própria essência, um poderoso dinamismo, e que, assim apresentado, semelha as criações artificiais e estáticas com que se ornamentam os descaracterizados, /.../ mas não explicam, nem guardam significação alguma da terra e da gente, de que formam atividade ponderável. /.../ a artificialidade de tal processo se acentua, de maneira positivamente alarmante, quando pretende colocar a atividade cultural, não de um homem, mas de um povo, à margem do desenvolvimento da sociedade que, justamente ao contrário do que, em geral, se pensa, através dessa manifestação afirmou as suas peculiaridades e denunciou as suas próprias características (Sodré, 1943, pp. 6-8).

Para Sodré, portanto, a evolução histórica seria determinada pelas revoluções ocorridas no campo da produção material. Em seu sentido positivo, o processo evolutivo culminaria por atingir a etapa industrial. A marcha evolutiva da humanidade “confirma a gradação em que os historiadores fixaram o desdobramento das civilizações” (Sodré, 1990, p. 23), ou seja, acompanharia a sucessão de etapas expostas na filosofia da história comtiana – Antigüidade,

Idade Média e Estado moderno. Porém, ao contrário do preconizado por Comte, essas etapas não seriam geradas pela evolução do espírito humano, e sim pelas transformações econômicas, que se fariam acompanhar das formas correspondentes de pensamento, respectivamente as filosofias teológica, metafísica e a positivista ou científica.

Nosso autor identificava a História como uma continuidade assinalada pelo movimento evolutivo, causado pelas transformações ocorridas no âmbito da produção material e cujo sentido, em sua progressão positiva, desenvolver-se-ia inevitavelmente em direção à sociedade industrial. Essa compreensão de História constitui, para Sodré, *o método histórico*.

Cabe indagar, então: o que seria, em seu entendimento, interpretar a História?

Para nosso autor, “qualquer intenção interpretativa /.../ é situar o problema no quadro geral da evolução histórica” (Sodré, 1945, p. 46), evolução cujos traços ele julgava, nos anos 1930/40, terem sido indicados pela filosofia da História comtiana, sintetizada na lei dos três estados.

Em sua opinião, somente a adesão aos princípios evolucionais e transformistas possibilitaria ao intelectual guardar, sempre, “total receptividade aos pensamentos novos, aos estados de transformação da sociedade, aos cânones que se transmudam”, a abandonar velhos preceitos “se os novos estão mais de acordo com a verdade e o avanço científico”, e a se tornar “inimigo do dogma e adepto da transformação e da objetividade”, em vez de se admirar com “o definitivo, o estável, o permanente” (Sodré, 1938, p. 213).

Para Sodré, uma obra histórica “no bom sentido, isto é, o da continuidade”, precisaria “indicar as fontes, mostrar motivos, esmerilhar origens, sem nunca extrair os quadros apenas duma criação meramente estética” (Sodré, 1938, p. 227).

Sinônimo da orientação filosófica que direciona a interpretação do processo histórico, o método adquiriu papel central em *toda* a vasta obra de Sodré, inscrita em dois campos aparentemente antagônicos teórica e politicamente – o do pensamento conservador brasileiro e o do marxismo.

Décadas após haver criticado a ausência de método histórico na obra de Capistrano de Abreu, nosso autor, já filiado ao PCB e identificado como um dos principais intelectuais marxistas brasileiros, afirmava: “o documento é uma coisa e a realidade é outra coisa” (Sodré, 1985, p. 79). E reiterava: “em história, vale mais o método do que as fontes, evidentemente” (Sodré, 1960, p. 202).

Em sua compreensão de História, o *método* se constitui no “maravilhoso instrumento de interpretação histórica”. Somente utilizando-o o pesquisador abandonaria “a análise dos acontecimentos superficiais”, o desvendamento dos fatos e sua continuidade, habilitando-se a *interpretar* o processo histórico.

3. A incorporação da problemática dos modos de produção à obra de Werneck Sodré

Com a filiação de Nelson Werneck Sodré ao PCB, consumada em 1946, sua obra só incorporou uma alteração na compreensão de História, expressa pela primeira vez apenas em 1959: as etapas que assinalariam a evolução histórica da humanidade não seriam as três fases sintetizadas na filosofia da História de Comte – teológica, metafísica e positivista –, mas cinco, obtidas a partir de uma interpretação positivista de textos de Marx: escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo e comunismo.

Foi essa mudança em sua compreensão de História, subordinada à orientação teórico-política adotada pelo PCB em 1958, que permitiu ao nosso autor apresentar uma terceira interpretação da formação social brasileira.

É preciso lembrar que a *Declaração* de março de 1958 alterou profundamente a orientação política do PCB. Desde 1949, o partido sustentava o desenvolvimento *autônomo* do capitalismo brasileiro e considerava o *proletariado* a classe que deveria conduzir a revolução democrático-burguesa:

essa revolução agrária e antiimperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época

da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado (*apud* Carone, 1982, p. 99).

A partir de 1950, o Partido defendia a revolução no curto prazo e a luta armada para a tomada do poder, motivadas pela subordinação crescente da burguesia ao imperialismo:

Já passou a época das velhas revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando à instauração de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia. A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder o imperialismo e devem, com a revolução, passar diretamente para as mãos do novo Estado, criam, evidentemente, a possibilidade de um desenvolvimento não capitalista que leve diretamente ao socialismo (*apud* Carone, 1982, p. 100).

Uma vez que a revolução democrático-burguesa nos países coloniais e atrasados estaria inserida na revolução do proletariado, a burguesia estaria impedida de assumir a sua direção:

a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje nos países coloniais e atrasados é parte integrante da revolução do proletariado e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos grandes trustes e monopólios internacionais (*apud* Carone, 1982, p. 99).

No início dos anos 1950, o PCB também considerava impossível à burguesia brasileira conduzir uma revolução de cunho democrático-burguês em nosso País, devido à sua semelhança com a burguesia alemã,

como a pintara Marx em 1848 /.../. No caso brasileiro, já é bem clara a posição contra-revolucionária da grande burguesia, mesmo da burguesia industrial, mais diretamente interessada na liquidação dos restos feudais e na revolução agrária, que determinariam a rápida expansão do mercado interno. /.../ É que a burguesia industrial brasileira surgiu como classe já nas vésperas da Grande Revolução de Outubro, quando se iniciava a crise geral do capitalismo, numa época em que o proletariado já se levantava no mundo inteiro como força revolucionária e classe

formada e independente. A burguesia brasileira, devido à sua própria origem, e ao processo de sua formação, jamais lutou contra o feudalismo, trata de adaptá-lo aos seus interesses, conservando-o e a ele se aliando para a luta contra as massas trabalhadoras. É por isso mesmo uma burguesia retrógrada, covarde e pusilânime, que, não por acaso, muito se assemelha à burguesia alemã dos meados do século XIX, igualmente formada à sobra dos restos feudais e da conservação do *Junker* prussiano (*apud* Carone, 1982, pp. 111-2).

No IV Congresso (realizado entre dezembro de 1954 e fevereiro de 1955), e devido à aliança com o PTB (outubro de 1954), o PCB distinguia a burguesia nacional das “forças do campo feudal-imperialista” e propunha ao proletariado,

Sem amainar a luta pelos seus interesses de classe, contra a exploração burguesa, /.../ lutar e marchar junto com a burguesia nacional contra os imperialistas norte-americanos e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas (*apud* Carone, 1982, p. 133).

Com a *Declaração* de março de 1958, o PCB passou a admitir o caminho pacífico para a revolução brasileira, através da defesa da legalidade democrática, da combinação da ação parlamentar com a extraparlamentar, e da ampliação e fortalecimento do movimento nacionalista: “A revolução no Brasil /.../ não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (*apud* Carone, 1982, p. 184).

Essa mudança na orientação política do Partido resultou de uma avaliação que considerava terem surgido no Brasil as condições que permitiam um desenvolvimento revolucionário pacífico: o avanço industrial ampliara o número de trabalhadores fabris e teria possibilitado o surgimento e o fortalecimento crescente “de uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do País” (*apud* Carone, 1982, p. 177).

O desenvolvimento autônomo do capitalismo tornava-se possível quer devido ao surgimento dessa burguesia “nacional”, quer devido principalmente à atuação econômica empreendida pelo próprio Estado, através das “formas

nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda” (*apud* Carone, 1982, p. 180).

Embora algumas vezes esse “capitalismo de Estado” realizasse uma política favorável ao imperialismo, ele era, basicamente, “um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo” (*apud* Carone, 1982, p. 180).

Ao mesmo tempo, o quadro social brasileiro seria assinalado pelas sobrevivências feudais, que obstaculizavam o desenvolvimento da agricultura, e pela dependência econômica do País, que aguçava o antagonismo com o imperialismo norte-americano.

Para o necessário desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização brasileira e a resolução do atraso da agricultura, impunha-se “a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano” (*apud* Carone, 1982, p. 185).

Essa aliança, essa frente única que aglutinaria as forças antiimperialistas e democráticas, inspirava-se na distensão das relações Leste/Oeste que caracterizou a política exterior soviética no período Krushev, e em algumas passagens da vida política brasileira, em especial na Campanha do Petróleo e na experiência da Frente Parlamentar Nacionalista. Dela participariam a classe operária, os camponeses, as camadas médias urbanas e a burguesia ligada aos interesses nacionais. Essa política de alianças orientada pela perspectiva do desenvolvimento autônomo da economia nacional, política de alianças da qual a militância pecebista participou desde o final dos anos 40, durante a Campanha do Petróleo, que se estruturou com setores do PTB em disputas eleitorais em algumas regiões do país desde o início da década de 1950 – não obstante a orientação política contrária do PCB – e que foi incorporada à linha política do Partido desde o final de 1954, constitui o *nacionalismo de esquerda*.

A mudança na orientação política do PCB a partir da *Declaração* de março de 1958 levou Sodré a efetuar alterações profundas em sua maneira de interpretar a nossa formação social, adequando-a à linha política do Partido, como ele próprio reconhece no “Prefácio” da *Formação histórica do Brasil*: “não é este /.../ um livro de mera especulação: deriva de uma posição política” (Sodré, 1962, p. IX).

Para facilitar esta exposição, comparemos trechos de um título de Sodré que reuniu algumas conferências por ele pronunciadas no Iseb entre 1954 e 1956, muitas das quais publicadas como artigos nesse período, e que veio a público em novembro de 1958, *Introdução à revolução brasileira*, com as alterações feitas por nosso autor nos mesmos artigos para a segunda edição dessa mesma obra, lançada em 1963, alterações que foram mantidas nas edições seguintes^[2].

Desde o seu primeiro livro, publicado em 1938, Sodré afirmava que a colonização brasileira foi um empreendimento capitalista. Dos anos 1930 até o final da década de 1950, nosso autor, enquadrando nossa trajetória histórica nas etapas evolutivas apresentadas por Comte, negava enfaticamente a existência de “feudalismo” no Brasil:

Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente *capitalistas* [no período colonial]. Na fase a que nos referimos agora [Império], nenhuma dúvida poderia mais subsistir (Sodré, 1955, p. 132; 1958, p. 79. Os colchetes são nossos).

Ao incorporar à sua compreensão de história a existência de cinco etapas no processo evolutivo humano, Sodré enquadrou o período colonial brasileiro na fase “escravista”. Assim, o trecho anteriormente citado passou a ter a seguinte redação a partir da segunda edição de *Introdução à revolução brasileira*:

Está claro que não poderiam ter vigorado aquelas formas feudais no conjunto de uma economia de traços evidentemente *mercantis, estabelecidos sobre uma produção escravista* [no período colonial]. *As relações feudais surgiriam mais adiante e caracterizariam a estagnação de grandes áreas territoriais do Brasil.*

Na fase a que nos referimos agora [Império] nenhuma dúvida poderia mais subsistir (Sodré, 1978, p. 84. Os colchetes são nossos).

O trecho em que Sodré afirmava a existência de um “capitalismo colonial” – “o que surge em terras distantes não passa de uma forma singular de *capitalismo*, o *capitalismo colonial*, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento” (Sodré, 1957, p. 163; 1958, p. 118) – teve essa expressão substituída por “escravismo colonial”: “o que surge em terras distantes não passa de uma forma singular de *escravismo*, o *escravismo colonial*, estreitamente vinculado ao surto comercial em desenvolvimento” (Sodré, 1978, p. 120).

A expressão “capitalismo colonial” – “Nessa estrutura, o que se esboça, desde os primeiros dias /.../ é, na verdade, uma forma particular de capitalismo – o *capitalismo colonial*” (Sodré, 1955, p. 59; 1958, p. 64) – também foi substituída pela designação “mercantilismo colonial”: “Nessa estrutura, o que se esboça desde os primeiros dias /.../ é, na verdade, uma forma particular de *mercantilismo* – o *colonial*” (Sodré, 1978, p. 70).

De acordo com a nova visão das etapas históricas adotadas por nosso autor, o escravismo colonial poderia dar origem a uma nova fase histórica, a do feudalismo. Essa tese, aprofundada na *Formação histórica do Brasil*, mereceu dele uma análise original. Coerente com a perspectiva de que o movimento da História tanto pode ser evolutivo quanto involutivo, Sodré afirmou que no Brasil o escravismo teria evoluído tanto para o trabalho livre – o que representaria uma evolução histórica positiva – quanto para a servidão, para o feudalismo. A evolução para o feudalismo seria mais freqüente devido à longa vigência do trabalho escravo, entre nós, mas com uma particularidade que distinguiria o caso brasileiro do “modelo europeu”: na Europa, o feudalismo representou um avanço em relação ao que existia anteriormente; no Brasil, a evolução do escravismo para o feudalismo teria caráter regressivo, constituiria o que ele chamou de “regressão feudal”. Em sua opinião, essa seria a sua principal contribuição para a historiografia brasileira.

O objetivo de Nelson Werneck Sodré com a elaboração dessa terceira interpretação da formação social brasileira foi o de fornecer lastro histórico para a análise das classes sociais existentes no País e à sua dinâmica, evidenciando que o surgimento de uma fração da classe burguesa, a chamada “burguesia nacional”, permitia ao País reatar o fio de sua História, avançando em direção à industrialização autônoma e, ao mesmo tempo, permanecer no campo democrático, dispensando a outrora necessária intervenção de um Estado forte e coeso para a condução dos rumos nacionais. Por isso, suas posteriores análises conjunturais enfatizam a continuidade do processo da *revolução brasileira*, que em sua opinião teria se iniciado em 1930: o País vivia um processo de desenvolvimento capitalista, de alastramento das relações capitalistas, que tinha condições de se realizar de maneira autônoma e sob um regime democrático.

O processo da *revolução brasileira* seria assinalado pela significativa atuação do Estado na economia e pelas contradições entre os interesses do capital nacional e os do estrangeiro. Para Sodré, distinguir o capital nacional do estrangeiro representava um grande avanço político. Por isso, e para que se criassem as condições que nos levariam ao socialismo, fazia-se necessário o desenvolvimento autônomo do capitalismo no Brasil, apoiar a burguesia nacional não comprometida com o capital estrangeiro e, ao mesmo tempo, combater esse capital estrangeiro e seus aliados de classe naturais no País, identificados com aquela parcela do setor agroexportador com origem e características feudais.

4. Considerações Finais

Embora a tese sobre o feudalismo tenha sido aquela que mais despertou polêmica em torno de sua obra, em especial a partir da publicação da *Formação histórica do Brasil*, essa não é, do ponto de vista de Sodré, a questão mais importante por ele abordada nesse livro e nos que se lhe seguiram.

Para Sodré, a questão mais importante abordada em sua obra – e que ficou obscurecida com a polêmica acerca dos modos de produção no Brasil –, é a

fundamentação do nacionalismo. Toda a sua vasta obra, inscrita tanto no campo do pensamento conservador brasileiro quanto no do marxista, que comporta três interpretações distintas da formação social brasileira e diversas propostas políticas para o encaminhamento dos rumos nacionais, teve esse objetivo: o de fornecer lastro histórico para a resolução da incompletude do capital e do capitalismo no Brasil.

Referências Bibliográficas

CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio*. 2. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Una Editoria/Estudos e Edições Ad Hominem, 1999.

_____. “A Via Colonial de Entificação do Capitalismo”. *In: A Miséria Brasileira: 1964 a 1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, pp. 37- 58.

COMTE, Auguste. “Discurso sobre o espírito positivo”. *In: Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. “Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo”. *In: Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. “Curso de filosofia positiva”. *In: Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

PCB. “Declaração sobre a política do PCB (março de 1958)”. *In: CARONE, Edgard. O PCB v. II 1943 a 1964*. São Paulo, Difel, 1982.

FARIA, Álvaro de. “A origem das espécies”: seu primeiro centenário. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, 26 : 63 – 75, nov/dez de 1959.

GAIO, André Moysés. *Uma teoria da independência: história e revolução na obra de Nelson Werneck Sodré*. 2000. Tese (Doutorado) apresentada ao Departamento de História da PUC-SP, São Paulo.

- LEME, Barreto. "Carta a Luís Carlos Prestes (26/11/1935)". In: VIANA, Marly (Org.). *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro/São Carlos, Arquivo Nacional/UFSCar, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. 4. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1991.
- MADUREIRA, Maria de A. Entrevista com Nelson Werneck Sodré. In: *Margem: Revista da Faculdade de Ciências Sociais da PUC – SP*. São Paulo, Educ/Fapesp, 1999, (9) : 269 – 91.
- MARX, Karl. *A burguesia e a contra-revolução*. São Paulo, Ensaio, 1987.
- PCB. "IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955)". In: Edgard Carone. *O PCB: 1943 a 1964 (vol. II)*. São Paulo, DIFEL, 1982.
- PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PRESTES Aponta aos brasileiros o caminho da libertação - (Frente Democrática de Libertação Nacional - agosto de 1950). In: Edgard Carone. *O PCB: 1943 a 1964 (vol. II)*. São Paulo, DIFEL, 1982.
- PRESTES, Luís Carlos. "Informe político ao Comitê Nacional do PCB (maio de 1949)". In: Edgard Carone. *O PCB: 1943 a 1964 (vol. II)*. São Paulo, DIFEL, 1982.
- RAGO FILHO, Antonio Rago Filho. *A ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. São Paulo, PUC, 1998. (Tese de Doutorado).
- RAGO, Maria Aparecida de Paula. *O demiurgo da construção nacional: a ideologia industrialista de Azevedo Amaral*. São Paulo PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado).
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1938; 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro, José Olympio, 1940.

- _____. *Panorama do Segundo Império*. 2. ed. Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 1998.
- _____. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Edição fac-similar: São Paulo, Arquivo do Estado, 1990.
- _____. *Orientações do pensamento brasileiro*: Azevedo Amaral, Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, Lúcio Cardoso. Rio de Janeiro, Ed. Vecchi, 1942.
- _____. *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943.
- _____. *Formação da sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.
- _____. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Leitura, 1945.
- _____. História econômica do Brasil II. *Digesto Econômico*, 125 : 59 – 65, set./out. de 1955.
- _____. História econômica do Brasil III. *Digesto Econômico*, 126 : 128 – 33, nov./dez. de 1955.
- _____. Estudo histórico-sociológico da cultura brasileira. *Digesto Econômico*, 135 : 159 – 83, mai./jun. de 1957.
- _____. *Introdução à revolução brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1958; 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963; 4. ed., São Paulo, Livraria e Editora Ciências Humanas, 1978.
- _____. *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1959.
- _____. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro, MEC-Iseb, 1960.
- _____. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1962.
- _____. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo, Global, 1985.
-

* Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá.

^[1] Embora não seja objeto desta discussão, há que indicar que esse raciocínio o levou, a partir dos anos 1960, a sustentar a existência de uma “dialética da natureza”.

^[2] Como esses textos não foram modificados nas edições seguintes, utilizamos na referência a quarta e última edição desse título, publicada em 1978.